

## Revistas Acadêmicas em Educação: por onde vamos...

---

Academic Journals on Education: where we go to...

*Agueda Bernardete Bittencourt\**

### **Resumen**

Este artigo oferece uma reflexão sobre os padrões de avaliação de periódicos em educação operados por órgãos oficiais de fomento e pelos próprios editores de livros e revistas. Ao tomar por base a experiência como editora e como autora foi possível problematizar as finalidades expressas pelos mecanismos de controle, classificação e ranqueamento, interrogando a gênese desses processos. E, ao confrontar o debate concernente ao tema com os documentos elaborados pela Comissão de Educação da CAPES - encarregada de avaliar e proceder à acreditação de cursos do Sistema Nacional de Educação Superior, onde se insere a qualificação de revistas e livros- alcança-se uma visão dos embates no interior da área de conhecimento. Assim como se revelam as relações no interior do campo científico nacional e internacional.

**Palabras Clave:** Padrões de avaliação; órgãos oficiais; CAPES;

### **Abstract**

This article offers a reflection on the evaluation standards of journals about education operated by official development agencies and by the own editors of books and magazines. Based on the experience as editor and as author, it was possible to problematize the purposes expressed by the control mechanisms, classification and ranking, questioning the genesis of these processes. And, when confronting the debate concerning the theme with the documents prepared by the Committee on Education of CAPES -responsible for evaluating and accrediting courses of the National Higher Education System, which includes the qualification of magazines and books- you reach a vision of the shocks within the area of knowledge, as well as the relationships within the national and international scientific field are revealed.

**Key words:** Evaluation Standards; official development agencies; CAPES;

---

\*Professora do Departamento de Educação, Linguagem e Arte, Faculdade de Educação, Unicamp. Pesquisadora do FOCUS/CNPq e FAPESP.

E-mail: agueda@unicamp.br

## **Apresentação**

*Nous ne voyons qu'autour de nous, et nous croyons voir tout ce qui  
est: nous sommes comme des enfants qui s'imaginent qu'au bout  
d'une plaine ils vont toucher le ciel avec la main.*

**CONDILLAC**

Convidada a escrever sobre edição de revistas em educação, graças à minha história como editora de um periódico dessa área por mais de dez anos, me pus a pensar: Onde começa o problema dos periódicos: nos autores? Nos temas? Na linguagem? No uso da língua inglesa? Na homogeneização? No tipo de produção? No fato de ser obra coletiva? Em que as revistas se distanciam da história dos livros? E poderia seguir arrolando mais e mais perguntas para gerar um roteiro de trabalho. Escolhi lançar um olhar sobre o que vem sendo escrito sobre o assunto e comecei pelo que eu havia escrito há pouco mais de cinco anos: um artigo comemorativo –“Entre capas e letras, embates e crenças 20 anos de Pro-Posições” (Bittencourt e Mercuri, 2009). Ao comparar o que escrevi e o que os debates recentes nos indicam, observo que as tendências apontadas naquele artigo se aprofundaram - padronização, ranqueamento, avaliação-, e conceitos, senão novos, pelo menos não tão usuais, passaram ao centro das discussões e das análises. Pergunto-me se teria se alterado o debate ou foi o meu olhar que perdeu parte do estranhamento.

## **Aproximação do Tema**

Começo a pensar que, ao escrever o artigo anteriormente citado, eu ainda vivia sob a ilusão do domínio do livro sobre as revistas no universo acadêmico, nas áreas de ciências humanas. Estava preocupada com o objeto livro, sua capa, papel, imagens, disposição gráfica, estética. Pensava, tendo como referência esse objeto mágico –livro– de um tempo em que os campos do conhecimento não operavam como terreno loteado e cercado. Gosto dos livros de história que não se distinguem dos de literatura ou dos de ciências que não se afastam da ficção. Gosto do livro com cheiro de papel e tinta, com textura acetinada ou com papel rústico. Teria a revista surgido com o mesmo fascínio do livro? E porque não?

O livro *Revistas em revista* (Martins, 2001) – um estudo que revela a multiplicidade de formatos, idéias, letras, imagens e sentimentos que circularam pela cidade de São Paulo, nas páginas de periódicos, por vezes efêmeros– é editado em papel *couchê*, revelando o estilo e a cara de cada uma das revistas analisadas. Nelas a estética tinha seu lugar. Distinguia os impressos contemporâneos entre si e estes dos que vieram depois. Assim deixam ao pesquisador as pistas da cultura de seu tempo. Com isso quero dizer que a estética era um importante fator, considerado por editores e leitores.

Lembrei-me de como construí minha trajetória de leitora a editora de revista. Nos anos 1950, as revistas que povoaram minha infância – *O Cruzeiro*, *Manchete*, *Família Cristã*, *Revista Seleções do ReadersDigest*– chegavam pelo correio e eram destinadas a formar e informar, a divertir; e constituíam momentos de convivência familiar em torno das palavras cruzadas, das charadas e das notícias de casos exóticos. Não me marcaram pela estética, não sei se por serem mais divertidas ou se porque a meninice tomava tudo com mais leveza. Fui passando das revistas para os jornais, os tablóides –*O Movimento*, *O Pasquim*– de resistência à ditadura e, por fim, cheguei às revistas acadêmicas de educação. Primeiro com admiração, sem pensar no que consistiria elaborar uma revista, depois aos poucos fui me aproximando desse quase objeto do desejo.

Na Revista *Educação & Sociedade*, como membro do Conselho Editorial ou como secretária, vivi os primeiros tempos, quando tinha início a pós-graduação no Brasil e estávamos iniciando o período da redemocratização nos anos 1980. A revista foi uma das primeiras no campo da educação, nesses novos tempos de edição, e todos os professores e pesquisadores reconhecidos nela publicavam seus escritos. Havia, sem dúvida, algumas poucas revistas criadas nos anos 1920/1930 que ainda circulavam, entre as quais a mais destacada era a *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos –RBEP*, editada pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos- INEP, no Ministério de Educação. Nela publicaram os signatários do Manifesto da Escola Nova, responsáveis pelo desenho do Sistema Nacional de Educação – Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho,

Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro – que sobreviveu aos estragos produzidos nos 20 anos de regime de exceção.

Nos primeiros tempos de *Educação & Sociedade*, cabia ao conselho editorial a tarefa de convidar os autores, solicitar os textos, organizar e garantir a publicação. A captação de textos ocorria nos encontros acadêmicos e políticos da área. Todo pesquisador estrangeiro que passasse por São Paulo acabava deixando um artigo para a revista. A conquista de um lugar de reconhecimento para esse periódico era alavancada ainda pelo prestígio da própria universidade que o acolhia –a jovem Universidade Estadual de Campinas-Unicamp–, por onde passaram os mais expressivos professores da Educação. Ali ensinavam: Maurício Tragtenberg, Roberto Romano, Paulo Freire, Evaldo Amaro Vieira, Dermeval Saviani, entre outros, todos os autores e membros do Conselho Editorial da *Educação & Sociedade*.

O momento era de muita movimentação em torno de um novo pacto republicano: elaborava-se uma nova Constituição Nacional e, com ela, novas diretrizes para a Educação Nacional. Os programas de pós-graduação espalharam-se pelas grandes universidades públicas, e com eles expandiu-se a produção científica nacional, que passou a buscar espaço de divulgação. Novas editoras e novas revistas se estabeleceram, desenvolveu-se a arte de editar, no interior das universidades. Surgiram seminários para editores de periódicos científicos e publicações especializadas, além de reuniões de editores nos congressos científicos das áreas<sup>1</sup> (Bueno, 2002). Tomou forma um novo campo acadêmico, o das revistas científicas. Todas as grandes universidades criaram seus periódicos: foi assim na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na Universidade de São Paulo, na Universidade Federal de Minas Gerais, etc.

Na Unicamp surgiu uma segunda revista, a *Pro-Posições*, num modelo simples de caderno escolar, mas cujo cuidado com a qualidade dos textos estava garantido pelo conselho editorial formado por experientes professores. Na primeira década a revista foi publicada de forma quase doméstica, mas já indexada em alguns bancos reconhecidos. Consolidou seu formato, com sessões

de artigos e resenhas, e manteve uma linha editorial voltada para os cursos de pós-graduação da própria Faculdade de Educação.

No início dos anos 2000 assumi a responsabilidade pela edição dessa revista. Compreendi que editar a revista implicava pensar: conteúdos, autores, capas, fontes, cores, formato, papel, diagramação, imagens, revisão de estilo, tradução, financiamento, distribuição. Percebi que os elementos que compõem a operação de editar são múltiplos e variados. Lembro-me que sentia um prazer especial nas escolhas de alguns desses elementos, assim como era excitante a escrita do editorial, puxada pela beleza e pelo desafio do texto curto e ensaístico que caracteriza esse gênero. A escolha do tema, das idéias e dos argumentos me mobilizava tanto quanto as conversas com o artista que criava as capas e sugeria a diagramação. Um editorial, tratando ou não dos temas explosivos de cada momento histórico, é sempre um texto político e, por isso mesmo, desafiador para qualquer editor.

### **Novos tempos para o mundo editorial acadêmico**

Em meio à expansão universitária, os anos 1990 foram marcados, não só no Brasil mas por toda a América Latina, pela saga avaliadora que tomou conta de todos os espaços de trabalho. Ela surgiu em decorrência da expansão da pós-graduação e dos elementos que a constituem: teses, dissertações, revistas, editoras, livros, congressos, seminários. Novos cursos foram desenhados dentro dos programas, tais como os Mestrados Profissionais (sem teses ou dissertações) ou os Pós-Doutorados, que têm minimizado os efeitos do desemprego de pessoal altamente titulado.

Com a expansão universitária rompeu-se no Brasil o mercado cativo das classes médias e altas. A universidade, até então o espaço de consagração dos já escolhidos, passou a acolher grupos médios. Faz-se, pois, necessário estabelecer a distinção dentro desse campo. As chamadas boas universidades, as de prestígio, continuarão para poucos. Estar na universidade pode não significar nada, se esta não estiver no topo do *ranking* nacional e bem colocada no internacional. Esse mesmo raciocínio é aplicado a editoras, livros e revistas, que

perderam a propriedade de raridade e passaram a disputar posições em seus campos (Bourdieu, 2011).

Impõem-se novos termos ao debate acadêmico. Fala-se com naturalidade, na linguagem corrente das universidades, usando palavras ou conceitos como: *avaliação, produto, gestão do conhecimento, produtividade, ranking* e mais uma coleção de siglas importadas diretamente do mundo dos negócios. Um bom exemplo está no artigo em que são apresentadas as “quatro dimensões básicas da avaliação de periódicos científicos: a de adequação técnico-normativa do produto, a de finalidade do produto, a de processo de produção e a de mercado” (Trzesniak, 2006: 348). E assim as tarefas de editores e conselhos editoriais viraram de ponta-cabeça, diversificaram-se e tornaram-se ainda mais complexas. Tem-se a entrada dos números no lugar onde só havia letras. Quais os efeitos dessa invasão de domínios é a pergunta para a qual tentaremos senão encontrar respostas, pelo menos buscar algumas linhas interpretativas.

### **Os números sobrepõem-se às letras**

De onde procedem tantas mudanças e tão generalizadas? Para o caso brasileiro, desde os anos 1950, com a criação da Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior (CAPES) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e um pouco mais tarde com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), alguns indicadores de qualidade e relevância do resultado de atividades científicas se esboçavam, fortemente ligados ao financiamento de projetos e instituições. O pós-guerra e a aceleração da circulação internacional de idéias e de pessoas expuseram de forma drástica a superioridade do domínio da ciência. A tecnologia da guerra desenvolveu-se com base nos conhecimentos da física, da biologia, da genética, da matemática e resultou em forte valorização de tais áreas de conhecimento em detrimento de outras, especialmente das humanidades. Esse processo foi puxado, durante a guerra fria, pela liderança norte-americana, que se empenhou não apenas em exportar tecnologia, mas, especialmente, em formar os quadros técnicos e políticos que deviam dirigir os países de sua franja de influência, tendo

em vista os objetivos do centro dominante. As ditaduras que varreram a América Latina têm explicação nessas políticas do pós-guerra. Assim, a formação dos quadros técnicos em estágios nas universidades norte-americanas permitiu que a reforma do Estado processada nos anos 1980/1990 para restabelecer as democracias se fizesse com base nos conhecimentos e nas práticas importadas nas décadas anteriores (Bittencourt, 2011; Coeurdray, 2004; Dezalay, 2004; Poupeau, 2004).

Algo se profissionalizara com fundamento em grandes bancos de dados que passaram a ser usados nas avaliações no serviço público em geral e nas universidades em particular. A primeira impressão que se tinha era de que os critérios econômicos se sobrepõem a qualquer outro no campo da ciência e da tecnologia e que as disciplinas da grande área de humanidades são levadas de roldão. No âmbito dos estados nacionais são criados comitês avaliadores nos Ministérios de Educação e de Ciência e Tecnologia, e rapidamente os processos avaliativos atingem não só a carreira de pesquisador como também livros e revistas.

Para melhor entender o processo que se operou faz-se necessário considerar que se trata de um processo concorrencial, com distintos interesses em jogo. Não é novidade para ninguém que a ciência e a tecnologia se inserem no espaço da segurança nacional, nos projetos de desenvolvimento e nas soluções para os grandes problemas políticos. Muito já se escreveu sobre o poder do saber (Foucault, 1997; Corbalán, 2002; Tragtenberg, 2004), e se voltarmos um pouco mais, veremos brilhar as fogueiras da Santa Inquisição, fruto da mesma disputa. Hoje, porém, a concorrência é legítima e está fortemente regulamentada. Vejamos como isso se objetiva nos periódicos de educação. Começemos por nos perguntar: quem avalia quem? Por que e como?

Não resta dúvida que o conhecimento, onde quer que seja produzido, deve ser divulgado. Deve circular entre os pares dentro e fora dos países, deve subsidiar políticas governamentais. A questão que se coloca é: como garantir tal circulação?

De início nos deparamos com toda espécie de desigualdade perpassando o campo acadêmico e científico. Arrolo aqui as mais notáveis: desigualdade entre as nações, quanto ao grau de desenvolvimento econômico e científico; desigualdade no domínio lingüístico – com a definição do inglês como a língua de circulação internacional–; desigualdade no interior dos campos científicos e entre as instituições. Ora, esse tanto de desigualdades põe em xeque critérios unificados. Entretanto, o processo histórico e a lógica política dominante não permitem critérios diferenciados, por mais que algumas tentativas sejam realizadas. É conhecida a resistência da França com relação à língua inglesa e aos sistemas de avaliação e indexação dominantes<sup>2</sup>. Entretanto, essas posturas de resistência têm que considerar os riscos de isolamento de uma comunidade em relação à expressiva maioria que adere à língua hegemônica. Ora, o inglês é a língua dos negócios e, não por acaso, a língua de países economicamente dominantes.

Da mesma forma que ocorre com a língua, passa-se com as normas de padronização das publicações. Essas normas são internacionais – adaptadas pelos países. No Brasil temos a ABNT, que regulamenta citações, bibliografia, etc. No que diz respeito aos campos acadêmicos, não é diferente: a desigualdade está apoiada no prestígio de cada campo construído graças às suas relações com os interesses políticos e econômicos em jogo. E são os campos de maior prestígio que ditam os processos de normatização, ou seja, as chamadas ciências duras oferecem o padrão das publicações científicas.

Assim já se pode pensar mais claramente a que interesses serve classificar os periódicos científicos. Internamente às comunidades nacionais, são os órgãos de política pública, os organismos de fomento, as instituições superiores e, por último, os pesquisadores, os “beneficiados” nesse processo.

Tomando os órgãos oficiais de fomento à pesquisa, pode-se afirmar que a classificação de periódicos impacta as decisões sobre apoio ao pesquisador autor; ao programa de pós-graduação ao qual ele pertence; aos eventos propostos; o acesso a bolsa de estudos para os alunos; e próprio ingresso e ascensão na carreira universitária. Isso porque órgãos de fomento e universidades se pautam



pelos mesmos indicadores, hoje definidos pela CAPES e pelo CAPES/Qualis, órgão federal encarregado da supervisão do sistema nacional de educação superior, a quem cabe credenciar cursos e programas novos e avaliar os existentes. A mágica concernente aos sistemas de avaliação consiste na articulação entre os diferentes agentes interessados, nos acessos aos bancos de dados, em muito facilitados pelos avanços da tecnologia da informação.

O CAPES/Qualis é onde se fecha o círculo da avaliação porque é de lá que saem os conceitos que classificam as universidades na escala de notas de 3 a 7. Destaque-se que as notas 3 e 4 são atribuídas a programas novos ou com deficiências em relação ao padrão estabelecido, a nota 5 é reservada aos bons e as 6 e 7 para os chamados programas de excelência. É desta função que decorre a cascata de avaliações em cuja ponta estão livros e periódicos, uma vez que, para classificar os programas e as universidades, examinam-se os resultados de pesquisa divulgados pelos investigadores, em livros e ou periódicos científicos. Assim, também para qualificar o desempenho do quadro docente/pesquisador opera-se a distinção entre os veículos editoriais. Já na década de 1990, estabeleceram-se padrões quantitativos, os mínimos de produção por docente, calcados na idéia de que docentes de universidades públicas eram “improdutivos”, conforme denúncia na imprensa, a propósito da mais importante universidade brasileira – a USP– em 1987. Alcançados os mínimos pela maioria da comunidade acadêmica, aparece a qualificação das publicações, estabelecendo o que vale mais e o que vale menos no mercado.

### **O que vale mais e o que vale menos**

Boa parte da bibliografia sobre os periódicos científicos trata de como é feita a avaliação, dos critérios utilizados, dos indicadores de referência, das alterações nos indicadores adotados pelas áreas de conhecimento (Mugnaini; Strehl, 2008; Trzesniak, op.cit.), ou das formas de aperfeiçoamento do sistema (Strehl, 2005). Outros tomam os periódicos por especialidade (Guedes, 2004; Schultze, 2005). Outros ainda discutem os padrões propostos (Mesquita et al., 2013). Enfim, todo

o processo de avaliação é discutido por dentro e, em geral, por especialistas em Biblioteconomia, Bibliometria ou Tecnologia da Informação.

Na educação, os primeiros movimentos foram de rejeição à avaliação, com o argumento de que esta se fundamenta em conceitos econômicos e não filosóficos (Cunha, 2003) ou de que se estabelecia um controle externo à comunidade acadêmica (Sguissardi, 1997, 2008). Este último argumento foi logo derrotado, dado que toda avaliação se apóia sobre a apreciação e o julgamento feito pelos pares. Assim, ao longo das últimas duas décadas, deu-se, ao mesmo tempo, a crítica e a adaptação dos acadêmicos aos parâmetros avaliativos.

### **O que vem na esteira da avaliação?**

Talvez a primeira mudança nos padrões de escrita na grande área de humanidades e na educação em particular tenha sido a migração dos autores de livros individuais para as “coletâneas e as revistas científicas”. No modelo avaliativo/competitivo não há tempo para a elaboração de um livro, projeto que pode consumir cinco ou mais anos de trabalho de um investigador. Assim, pode-se perguntar se resta espaço para a pesquisa individual. Se o velho padrão do escritor, no escritório, com sua luminária, seus óculos e sua máquina de escrever, ficou para trás. Se agora os livros serão feitos somente em equipe, para que se possam cumprir as metas quantitativas de produção. O que se pode assegurar é que as coletâneas expressam a corrida dos autores por espaços de divulgação da pesquisa, muitas vezes sem tempo hábil para o necessário amadurecimento de idéias e aprofundamento das reflexões apenas iniciadas.

Um segundo efeito é que, à medida que esse processo de divulgação científica se estabelece, o mercado abre espaço para editoras puramente comerciais, oferecendo edições baratas, subsidiadas pelos próprios autores, os quais também se encarregam de vender seus escritos. Órgãos públicos, associações científicas e órgãos de fomento reagem a essa investida com a avaliação e a classificação dos livros, na tentativa de *distinguir o joio do trigo*. Qualificam-se as editoras, seus conselhos editoriais, a abrangência de distribuição, além da própria qualidade material do livro. Assim, as editoras de

prestígio passam a não aceitar coletâneas ou a exigir muito mais no julgamento delas do que de livros individuais. Também a CAPES/Qualis – livros criam indicadores de pontuação para os livros coletivos. Por exemplo: numa coletânea organizada e publicada por um grupo de pesquisa ou programa de pós-graduação, apenas três autores recebem pontuação para o programa, mesmo que sejam cinco ou dez, se estes forem da mesma universidade. Observe-se que a avaliação vai condicionando as práticas docentes e de investigação.

Vejamos agora como a CAPES/Qualis - Livros considera uma coletânea de excelência:

“Coletânea com textos muito bem articulados cuja natureza é relato e/ou discussão de pesquisa focalizando questões teóricas e metodológicas, empíricas ou de aplicação; estudos e ensaios teóricos e debates conceituais; estudos e propostas de metodologia de pesquisa; estado da arte referente à determinada temática ou subárea de saber; ou estudos, derivados de pesquisa, sobre metodologia de ensino para educação básica ou superior. *Necessariamente, produto de convênios, de redes nacionais ou internacionais ou de pesquisa financiada.* São atributos que valorizam a obra: participação discente, *presença de autores e organizadores estrangeiros*, ampla distribuição/circulação, qualidade da edição, *apoio de agência para publicação (editais) e prêmios*” (CAPES, 2013, pp. 22/23, grifos meus).

Este padrão apresentado para a avaliação de uma coletânea com nota máxima demonstra a articulação do sistema avaliativo, ou seja, o investigador de prestígio, que já foi avaliado por seus pares ao integrar redes nacionais e internacionais, que já foi examinado pelos órgãos de fomento ao conseguir financiar seus projetos, que tem apoio econômico para sua publicação ou que recebeu prêmios acadêmicos, tem sua obra qualificada *a priori*. Ocorre que o sistema é circular, pois, para receber financiamento, obter apoio, ingressar em redes internacionais, é necessário ser reconhecido. Em certa medida, as coletâneas estão sendo julgadas com algumas das categorias próprias de revistas.

Cabe sublinhar aqui o modelo de relação acadêmica desejada, no qual estudantes e jovens pesquisadores devem necessariamente associar-se aos intelectuais experientes e reconhecidos para trilhar a carreira sem grandes percalços. Algo semelhante às velhas cátedras parece ressurgir das cinzas.

Já os livros, chamados de texto integral, têm também suas normativas.

“Obra acadêmico-científica cuja natureza é relato e/ou discussão de pesquisa focalizando questões teóricas e metodológicas, empíricas ou de aplicação; estudos e ensaios teóricos e debates conceituais; estudos e propostas de metodologia de pesquisa; estado da arte referente a determinada temática ou subárea de saber; ou estudos, derivados de pesquisa, sobre metodologia de ensino para educação básica ou superior. *As obras devem apresentar necessariamente: esforço autoral e alcance teórico; organicidade, introdução/capítulo introdutório ou apresentação que demonstre a organicidade da obra; distribuição/circulação; qualidade da edição; e editora com conselho editorial.*

Obra acadêmico - didática ou de revisão de literatura com organicidade, recorte autoral e abordagem aprofundada, alicerçada em trajetória de pesquisa nas áreas de conhecimento.

*São atributos que valorizam a obra: financiamento da pesquisa, obra com até 3 autores, co-autoria com pesquisadores estrangeiros, pertencimento a coleções, avaliação por pares, apoio de agência para publicação (editais), prefácio e/ou apresentação de outro pesquisador, informação sobre o(s) autor(e)s e prêmios”* (p. 21/22, grifos meus).

Destaco neste excerto de texto a fixação do que seria um livro de excelência: uma obra que necessariamente apresente: ... introdução ou apresentação ... Se não tiver introdução ou apresentação não será de excelência. Eu me pergunto se ensaios necessitam de introdução. Tenho, por coincidência, à mão, *La potência del pensamento*, de Giorgio Agamben, uma coletânea sem introdução, apresentação ou prefácio, que está circulando pelo mundo em distintas línguas e servindo de referências às pesquisas em várias disciplinas nas humanidades (Agamben, 2007). Esta obra não seria, pelos critérios Qualis-Livros, considerada de excelência?

Definição de critérios rígidos não ajudam a criação, já tão rara nas produções acadêmicas atuais. Não por acaso, Jacoby atribui aos *campi* universitários a responsabilidade pelo fim dos intelectuais. Eles teriam sido extintos juntamente com a boemia e a vida livre que é o fundamento da criação, em qualquer área. Desaparece a atividade intelectual para dar lugar à atividade acadêmica, regulada, com hora marcada, como bem assinalou Nietzsche, a propósito de Shopenhauer (Jacoby, 1990; Nietzsche, 2003). O que é mais curioso: a boemia e a liberdade de horário, tema, formato de escrita, etc., desaparecem, em favor da produção regrada e em quantidade. E em seguida começa-se a buscar formas burocráticas de garantir o debate acadêmico, por meio das citações.

A questão da distribuição/circulação é outro aspecto que merece ser pensado. Será o mercado, mesmo que um mercado específico, o dos acadêmicos, o definidor do que é relevante no mundo da pesquisa? Desconhecemos, por acaso, que existem temas nobres e temas malditos em todos os campos do saber, temas de interesse universal e temas de relevância local? E os problemas de pesquisa são construções políticas? Os historiadores da cultura, e do livro em particular, têm se preocupado com esse problema há algum tempo. E como bem alerta Roberto Darton, um livro de pouca circulação no seu tempo pode revelar-se uma obra de alcance universal, quando encontrado em outro tempo e transformado pela capacidade de outros leitores de compreender o que, por vezes, o próprio escritor não havia compreendido. Darton ressalta ainda que algo publicado hoje por grandes editoras não depende apenas do autor. “Os juízos dos editores, delineados por uma longa experiência, no mercado das idéias, determinam aquilo que chega aos leitores, e numa era de sobrecarga de informação, os leitores precisam confiar, mais do que nunca nesse julgamento” (Darton, 2010: 16). E os avaliadores quiçá pudessem desconfiar um pouco.

Para os periódicos na área de Educação, o QUALIS/CAPES define como critérios gerais aqueles já praticados pelos indexadores e bases de dados nacionais e internacionais, conforme consta no último documento emitido pelo Comitê Científico.

“Qualis-Periódicos será produzido pela classificação das revistas tendo por base perfis definidos a partir de critérios comuns a Grande Área de Humanas e dados de indexação em bases nacionais (Scielo e ScieloEduc@) e internacionais quando disponíveis (ISI, Scopus e outras da área de humanas)” (CAPES, 2013:18).

O perfil estabelecido para um periódico de excelência é o mesmo definido pelo Scielo, com algum acréscimo.

“Publicação amplamente reconhecida pela área, seriada, arbitrada e dirigida prioritariamente à comunidade acadêmico - científica, atendendo a normas editoriais da ABNT ou equivalente (no exterior). Ter ampla circulação por meio de assinaturas/permutas para a versão impressa, quando for o caso, e online. *Periodicidade mínima de 3 números anuais* e regularidade, com publicação de todos os números previstos no prazo. Possuir conselho editorial e corpo de pareceristas formado por pesquisadores nacionais e internacionais de diferentes instituições e altamente qualificados. *Publicar,*

*no mínimo, 18 artigos por ano, garantindo ampla diversidade institucional dos autores: pelo menos 75% de artigos devem estar vinculados a no mínimo 5 instituições diferentes daquela que edita o periódico. Garantir presença significativa de artigos de pesquisadores filiados a instituições estrangeiras reconhecidas (acima de dois artigos por ano). Estar indexado em, pelo menos, 6 bases de dados, sendo, pelo menos 3 internacionais. Constar de bases de indexação, dentre elas o Scielo/Scielo Educa (se brasileiras)” (CAPES, op.cit.: 18, grifos meus).*

Ao examinar esse perfil proposto para as boas revistas da área, saltam aos olhos alguns requisitos de quantidade, pouco afeitos a revelar a qualidade de uma obra escrita. Novamente, uma série de perguntas me ocorre: Por que um periódico com três números anuais será melhor do que outro que publique um número por semestre? Não encontro explicação, mas sei que há pressão sobre os editores para aumentarem o número de revistas lançadas no ano. Conversando com uma editora, poucos meses atrás, ela me dizia que havia pressão por parte do Scielo para que o periódico sob sua responsabilidade, que hoje tem três números por ano, passasse para quatro. Por quê?

Seguindo o mesmo raciocínio, o periódico deve publicar no mínimo 18 artigos no ano. Por que esse número mágico? Se publicar 15, será menos qualificado? Por quê? O uso desses indicadores, cujo controle é facilitado, como já disse acima, pelos avanços da tecnologia da informação, excita-nos próprios editores a ânsia reguladora. Já não se pedem mais artigos com 20 ou 30 páginas ou, simplesmente, artigos, com o número de páginas que a investigação, o tema ou o autor necessitem. Os escritos devem ser apresentados em fonte, margens, espaços e número de caracteres definidos. Pobres autores! Perderam inclusive o direito de dispor as palavras nas páginas de seus originais.

A extensão dos artigos vem sendo reduzida a cada dia. Lembro-me que há 30 anos, quando comecei a colaborar na edição de Educação & Sociedade, recebíamos artigos poéticos de muito poucas páginas, seis ou oito, por exemplo, que eram publicados ao lado de ensaios ou artigos científicos de 20 ou 30 páginas. Isso em nenhum momento poderia ser considerado falta de qualidade. Hoje os artigos são definidos pelo número de caracteres, com a sempre presente nota: incluídos os espaços. Ora, essa é a lógica comercial mais elementar. Assim se definem os preços das gráficas, de tradução ou de revisão de estilo. Não tem

nenhuma vinculação com a qualidade da tradução ou da revisão e muito menos com o pensamento científico ou com a criação, pois estes necessitam de outros critérios de julgamento. Esta lógica econômica enquadra a escrita – são no máximo 30000 caracteres com espaços – em folha A4, em fonte X, margem Y, espaçamento Z.

Ao manusear alguns números de *Actes de La Recherche en Sciences Sociales*, encontro: um periódico de tamanho 30 x 21, ou seja, padrão caderno universitário, bem maior do que as revistas usuais de 23x16 cm; os artigos são diagramados em colunas, com mais de 30 páginas, ao lado de outros, com 10, 20 ou mesmo 5 páginas. Esses artigos, se submetidos à nova métrica, devem revelar extensão que oscila entre 30 mil e 150 mil caracteres. Isto ocorre, até os dias atuais, numa revista reconhecida no mundo inteiro, cujo editor -Pierre Bourdieu- ousou desafiar as tendências de seu tempo.

Por fim, caberia ainda pensar um pouco mais sobre a vedete do momento: o fator de impacto (FI) ou volume de citação e seus medidores: *Journal Citations Report* (JCR/ISI), Scopus/SCImago, com índice H. e *Google Scholars*, com número de citações (Mesquita et al.,op.cit).

O fator de impacto, objetivação do critério de mercado, tem sido pensado também, conforme já anunciado acima, como o índice que mede o grau de interlocução dos pesquisadores e o espaço/tempo no qual este ocorre ou, nas palavras de Strehl, “o índice para medir o interesse de outros pesquisadores pela pesquisa” (op.cit.: 19).

O *Journal Citations Report* JCR/ISI e o Scopus/SCImago, com índice H representam os índices de maior prestígio no mundo acadêmico e científico e têm como fontes as bases de dados formadas pelas revistas científicas indexadas. O Google Scholars também oferece seu índice de citação, porém, formulado a partir de material muito mais amplo, ou seja, tomando por base todo o material que circula no mundo virtual. Sendo assim, este último pode ser mais democrático e até chegar a revelar pesquisas produzidas fora dos grandes centros, mas não goza de reconhecimento.

Pois bem, embora se reconheça a inconsistência dos índices, é certo que os autores os consideram para identificar os periódicos que podem acarretar maior prestígio aos seus trabalhos; que os bibliotecários os consultam para decidir suas compras; que os órgãos de fomento os utilizam para a atribuição de verbas e de definição de políticas; e que os editores já os consultam para atrair autores mais prestigiados. Assim, não é de surpreender o crescente interesse em relação aos índices de citação (Strehl, op.cit.).

Com os avanços das publicações on-line, de inegável interesse, e das próprias publicações em papel, circulando também em versões eletrônicas, toda essa gestão da elaboração científica tende a alcançar volume cada vez maior, e as chances de qualquer escrita fora dos padrões estabelecidos pelos gestores oficiais tende a restringir-se à literatura em sentido estrito. Não para concluir, mas para seguir pensando, vale apenas acompanhar de perto os desdobramentos dessa história.

*Recibido: 14/04/2015*

*Acceptado: 26/05/2015*

## **Notas**

<sup>1</sup> A Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação – ANPEd – mantém há mais de dez anos um espaço especial para reunião dos editores de revistas, nos seus encontros anuais, onde se discute política e financiamento, além das tendências do mercado editorial científico.

<sup>2</sup> Trzesniak (2006) relata um modelo de pesquisa realizado entre os pesquisadores franceses para classificar seus periódicos. "Nelas pede-se aos pesquisadores das áreas que respondam às seguintes duas perguntas sobre cada periódico incluído numa lista previamente elaborada: Esse é um periódico A? Esse é um periódico B? As respostas aceitas são sim, não e não desejo responder, e há uma breve introdução, preparada pela própria área, com um enunciado subjetivo do que deve ser entendido como revista A e como revista B".

## **Referências Bibliográficas**

AGAMBEN, G. (2007) *La potencia del pensamiento*. Tradução de Flávia Costa e Edgardo Castro, Adriana Hidalgo editor, Buenos Aires.

BITTENCOURT, A. B.; MERCURI, E. (2009) "Entre capas e letras, embates e crenças 20 anos de Pro-Posições", Em: *Pro-Posições*, Campinas, v.20, n.3 set./dez.

BITTENCOURT, A. B. (2011) "La cooperación científica internacional y la creación de CAPES", En: *Revista Colombiana de Educación*, n. 61,p. 89-115, jul./dic., Bogotá.

BOURDIEU, P. (2011) *Economia das trocas simbólicas*. Tradução de Sérgio Miceli, Perspectivas, São Paulo.



- BUENO, B. O. y OTROS (Org.) (2002) *Política de publicação científica em educação no Brasil, hoje*, FEUSP, São Paulo.
- CAPES (2013) Critério qualis por área. Avaliação trienal 2013, área 13. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/avaliacao>. Acesso em: 20mar. 2015.
- COEURDRAY, M. (2004) "Le double jeu de l'import-export symbolique, la construction internationale d'un nouveau discours sur la corruption", En: *Actes de La Recherche en Sciences Sociales*, n. 151-152, p. 81-90, mars.
- CORBALÁN, M. A. (2002) *El Banco Mundial. Intervención y disciplinamiento: El caso argentino, enseñanzas para América Latina*, Biblos, Buenos Aires.
- CUNHA, L. A. (2003) "O ensino superior no octênio FHC", Em: *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 24, n. 82, p. 37-61, abr. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 21 mar. 2015.
- DARTON, R. (2010) *A questão dos livros*, Tradução de Daniel Pillizzari, São Paulo: Cia da Letras, São Paulo.
- DEZALAY, Y. (2004) "Les courtiers de l'international, héritiers cosmopolites, mercenaires de l'impérialisme et missionnaires de l'universel", en: *Actes de La Recherche en Sciences Sociales*, n. 151-152, p. 5-35, mars 2004.
- FOUCAULT, M. (1997) *Microssica do poder* 11, Ed. Rio de Janeiro: Graal, Rio de Janeiro.
- GUEDES, M. C. (2004) *Escrever e editar: compromisso com a disseminação de conhecimento*, Psicol. USP, v.15, n.3, São Paulo.
- JACOBY, R. (1990) *Os últimos intelectuais, a cultura americana na era da academia*, Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Trajetória Cultural; EDUSP, São Paulo.
- MARTINS, A.L. (2001) *Revistas em Revista: Imprensa e Práticas em Tempos de República*, São Paulo 1890-1922, São Paulo: Edusp/ Imprensa Oficial, São Paulo.
- MESQUITA, R. F. y OTROS (2013) O triênio 2010-2012 e a nova avaliação de periódicos da Capes, em: *Revista de Educação, Ciência e Cultura, Canoas*, v. 18, n. 2, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://www.revistas.unilasalle.edu.br/index.php/>. Acesso em: 15 mar. 2015.
- MUGNAINI, R. y STREHL, L. (2008) "Recuperação e impacto da produção científica na era Google: uma análise comparativa entre o Google Acadêmico e a Web of Science", *Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon*. Ci. Inf., Florianópolis, n. esp., 1. sem.
- MURCIA, F. R; BORBA, J. A., Possibilidades de inserção da pesquisa contábil brasileira no cenário internacional: uma proposta de avaliação dos periódicos científicos de contabilidade e auditoria publicados em língua inglesa e disponibilizados no portal de periódicos da CAPES, *R. Cont. Fin., USP*, São Paulo, v. 19, n. 46, p. 30 – 43, janeiro/abril 2008.
- NIETZSCHE, F. W. (2003) *Schopenhauer como educador*, In: *Nietzsche, F. W. Escritos sobre educação*. Tradução de Noéli C. M. Sobrinho. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, p. 138- 222.
- POUPEAU, F. (2004) "Sur deux formes de capital international, les élites de la globalisation en Bolivie", En: *Actes de La Recherche en Sciences Sociales*, n. 151-152, p. 126-133, mars.
- SCHULTZE, S. (2005) "Características de periódicos científicos produzidos por editoras universitárias brasileiras", In: *Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB)*, 6., 2005, Florianópolis, SC.

- SGUISSARDI, V. (1997) "Para avaliar propostas de avaliação do ensino superior", In: Sguissardi, V. (Org.) *Avaliação universitária em questão: reformas do Estado e da Educação*. Campinas: Autores Associados, 1997. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=wkFLsUrIVEMC&printsec=frontcover&hl=ptBR#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 21 mar. 2015.
- SGUISSARDI, V. (2008) Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária, em: *Educação & Sociedade*, v. 29, n. 105, p. 991-1022.
- STREHL, L. (2005) O fator de impacto do ISI e a avaliação da produção científica: aspectos conceituais e metodológicos, *Ci. Inf.*, v. 34, n. 1, p. 19-27, jan./abr., Brasília.
- TRAGTENBERG, M. (2004) *Sobre educação, política e sindicalismo*. 3era. ed. Editora UNESP, São Paulo.
- TRZESNIAK, P. (2006) "As dimensões da qualidade dos periódicos científicos e sua presença em um instrumento da área da educação", Em *Revista Brasileira de Educação*, p. 345 - 361, v. 11, n. 32 maio/ago.